

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Item 2, da pauta:

*Discussão, em turno único, da Emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei de Conversão nº 32, de 2004 (Medida Provisória nº174-A, de 2004), que altera os prazos previstos nos arts. 29, 30 e 32 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, e os arts. 5º e 6º da referida lei e dá outras providências. Pendente de parecer.*

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra, para oferecer parecer à emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei de Conversão nº 32, de 2004, ao Sr. Aloysio Nunes Ferreira

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (PSDB-SP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Projeto de Lei de Conversão da Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 174, que teve oportunidade de relatar, além da definição da data para vigência de prazos previstos na Lei do SINARM, introduziu alteração para corrigir erro material contido na lei. O Senado não concordou com a alteração aprovada pela Câmara.

Na verdade, a alteração ao art. 5º da Lei do SINARM, feita por esta Casa, visava tornar inteligível o dispositivo. Se lermos o art. 5º sem a alteração proposta, veremos que ele não fica de pé.

Vejam o texto:

*Art. 5.º. O certificado do Registro de Arma de Fogo, com validade em todo o território nacional, autoriza o seu proprietário a manter a arma de fogo exclusivamente no interior de sua residência ou domicílio, ou dependência desses, desde que seja ele o titular ou responsável legal pelo estabelecimento ou empresa.*

Não tem nada a ver empresa com domicílio. Falta a expressão no seu local de trabalho, que, aliás, está contida no art. 12 da mesma lei, que tipifica o crime de manutenção dessa arma no domicílio ou no local de trabalho.

O Ministério da Justiça, percebendo essa falha, na proposta de regulamentação já publicada, corrige o erro ocorrido na redação da Lei do SINARM.

Portanto, a alteração feita pela Câmara dos Deputados vai na mesma linha do que determina o art. 12 e do que propõe o Executivo no seu projeto de regulamentação da lei, ou seja, acrescenta a expressão *no seu local de trabalho* para tornar inteligível o art. 5º.

O Senado Federal não concorda com a expressão, mas creio que aquela augusta Casa de leis, nesse passo, equivocou-se.

Portanto, o parecer é pela rejeição da emenda do Senado Federal.